

# **A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM SERGIPE: Um estudo dos Resultados do SAEB e do IDEB alcançados pelos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Estadual**

Joniely Cheyenne Moura Cruz \*

## **RESUMO**

Este artigo apresenta análises acerca dos resultados educacionais apresentados pela Rede Estadual de Ensino de Sergipe nos anos iniciais do ensino fundamental, no período de 2015 a 2019, bem como a comparabilidade dos resultados educacionais com o Estado do Ceará e as ações e programas desenvolvidos pela rede estadual de ensino de Sergipe que vêm impactando nos indicadores abordados. A pesquisa foi desenvolvida com base em estudo bibliográfico sobre as avaliações em larga escala, indicadores e legislação educacional brasileira, permitindo análises e inferências acerca dos resultados alcançados pela Rede Estadual de Sergipe, representada por suas Diretorias de Educação e Escolas. Para consulta e análise foram utilizados dados secundários, estudos já realizados, experiências de outros Estados e da própria rede. É preciso entender os processos de avaliação externa e os indicadores produzidos, não como uma etapa final da política educacional, mas como subsídios para o planejamento de novas ações e correção de rumo. Os estudos apontaram que mesmo apresentando crescimento entre as edições, nossos estudantes não estão aprendendo de forma adequada, configurando-se uma das hipóteses levantadas que justificam a possibilidade de ampliar as discussões e debates que busquem apontar as principais causas que estão impedindo nossas crianças de aprenderem o que lhe é de direito.

Palavras-chaves: Avaliações Externas. Indicadores Educacionais. Qualidade da Educação. Políticas Educacionais.

## **ABSTRACT**

This article presents the analysis about State Education Network of Sergipe educational results from elementary school early years. The analysed period was 2015 to 2019. This article also compares Sergipe educational results with Ceará ones and shows the actions and programmes developed by State Education Network of Sergipe which impact the approached indexes. The reseach was based on a bibliographic study about large scale assessments, indexes and brazilian educational legislation. From that, it was possible to analyze and infer about the results reached by State Education Network of Sergipe, represented by Educational Boards and Schools. This study used secondary data, previous studies, other States experiences and State Education Network of Sergipe experience itself as a source of consutation and analysis. It is urgent to understand the process of external assessments and indexes already produced not as a final step of educational politics but as an aid to new actions planning and making changes. Results pointed that even though there was a raise rate between editions, students are not learning properly. Therefore non properly learning is a

---

\*Diretora da Coordenadoria de Estudos e Avaliação Educacional. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe, Mestre em Ciência da Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT – Portugal. Informação. E-mail: jonycheyenne@yahoo.com.br

hypotesis that justifies discussions and debates that are engaged in raise the main learning barriers for students.

Keywords: External Assessment. Educational Indexes. Educational Quality. Educational Politics.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar análises acerca dos resultados educacionais apresentados pela Rede Estadual de Ensino de Sergipe nos anos iniciais do ensino fundamental, no período de 2015 a 2019, bem como a comparabilidade dos resultados educacionais com o Estado do Ceará e as ações e programas desenvolvidos pela Rede Estadual de Ensino de Sergipe que vêm impactando nos indicadores abordados. A escolha da série histórica se justifica na medida em que a rede amplia a participação dos estudantes por meio de ações amplas de comunicação, com campanhas de incentivo e motivação, tendo como mote o slogan “Bom pra minha escola, bom pra mim”, mobilizando também os professores e as famílias. Outro aspecto que justifica o recorte na série histórica de participação da Rede, no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, foram as mudanças significativas nas políticas educacionais desenvolvidas no Estado de Sergipe, no que tange à utilização de evidências para subsidiar a tomada de decisão no âmbito da Rede Estadual de Ensino, que serão detalhadas no decorrer do texto e expressas nas ações desenvolvidas.

O Estado de Sergipe possui 75 municípios e está dividido em 08 (oito) territórios: Grande Aracaju, Leste Sergipano, Baixo São Francisco, Sul Sergipano, Centro Sul Sergipano, Agreste Central Sergipano, Médio Sertão Sergipano e Alto Sertão Sergipano. No que concerne à matrícula, a rede pública estadual é a terceira menor do país, atendendo, em 2019, a 150.087 alunos, distribuídos em 299 escolas urbanas, com uma matrícula de 143.659 alunos, e em 37 escolas rurais, com 6.428 alunos.

Considerando o número de servidores ativos, a rede possui ao todo 14.921, dos quais 9.380 são professores. Desses, segundo dados do Inep, 98.9% têm o nível superior. Quanto à pós-graduação, 4.264 têm especialização Lato Sensu e 671 têm pós-graduação Stricto Sensu, sendo 614 com título de mestrado e 57 de doutorado. Considerando a organização territorial da rede, a SEDUC possui 10 Diretorias de Educação, sendo uma localizada na capital, Aracaju, e nove de execução regional, com sede nos municípios de Estância, Lagarto, Itabaiana, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Gararu, Nossa Senhora do Socorro e Nossa Senhora da Glória (SERGIPE, 2019).

Dando continuidade e aprofundando o estudo sobre os dados estatísticos da educação em Sergipe, apresentar-se-á o contexto histórico do SAEB e do IDEB de 2015 a 2019, da Rede Estadual, com foco nos anos iniciais do ensino fundamental, de forma contextualizada, assim como as políticas públicas implementadas pelo Estado, por meio de projetos e programas educacionais pelo Estado que vêm impactando nos indicadores educacionais e na melhoria da qualidade da educação. No decorrer do estudo, os dados serão detalhados e analisados de forma crítica, possibilitando a produção de conhecimentos para análises futuras, por meio de estudo bibliográfico a respeito das avaliações em larga escala, indicadores e legislação educacional brasileira, que suscitaram questões relacionadas aos resultados alcançados pelas Diretorias de Educação e as Escolas. Para consulta e análise foram utilizados dados secundários, estudos já realizados, experiências de outros Estados e da própria rede.

Como profissional que atua na gestão da Secretaria, à frente da Coordenadoria que trata de dados e informações, a todo momento somos indagados acerca dos fatores que influenciam na qualidade da educação. Logo, é importante considerar as diferentes variáveis que interferem na oferta de uma educação de excelência. Estudos nacionais e internacionais vêm demonstrando a complexidade que envolve a temática da qualidade, necessitando de

investigações profundas e contínuas, fundamentais para o desenvolvimento e o progresso de uma nação, como também na superação das desigualdades.

É neste cenário complexo que os gestores públicos da educação encontram dificuldades em definir políticas que, de fato, impactem positivamente na melhoria da qualidade da aprendizagem em suas redes de ensino. Documentos legais apontam para a equidade na educação, tais como a Constituição Cidadã, de 1988, onde o Brasil se compromete com os princípios da qualidade educacional e prevê, no seu art. 214, a elaboração do Plano Nacional de Educação com duração decenal, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, entre outros documentos e normativas nacionais.

Há muitas formas de se enfrentar tal debate, desde a análise do processo de organização do trabalho escolar, que passa pelo estudo das condições de trabalho, da gestão da escola, do currículo, da formação docente, até a análise de sistemas e unidades escolares que pode se expressar, por exemplo, nos resultados escolares obtidos a partir das avaliações externas. Além desses aspectos, é fundamental ressaltar que a educação articula-se as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 6).

Para se discutir a temática da qualidade de ensino, faz-se necessário um aporte de informações educacionais que subsidiem as interpretações e apresentem evidências que retratem a realidade do ensino no Brasil. Na segunda metade dos anos de 1990, consolida-se no país o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, que tem como objetivo principal fornecer informações sobre o desempenho dos sistemas de ensino aos gestores educacionais, famílias e sociedade e, para tanto, aplicam-se questionários e provas amostrais a cada dois anos. A partir dos dados coletados pelo Saeb, inicia-se uma reestruturação do sistema de estatísticas e indicadores educacionais.

Acentuadamente no período posterior a 1994, a sociedade brasileira viu ganhar centralidade o tema da qualidade do ensino como objeto de regulação federal, cuja viabilidade exigira o aporte de um sistema de informações educacionais conjugado a um sistema nacional de avaliação, considerados ambos os elementos estratégicos da boa-governança educacional no país (MACHADO, 2014).

Destacando-se na iniciativa federal, a avaliação padronizada em larga escala, que, segundo Locatelli (2002, p.5), então diretora de avaliação da educação básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep -, teria passado a assumir "papel central na formulação e implementação de políticas públicas". No caso da avaliação da educação básica, com o objetivo de "monitorar a qualidade" e com o desafio de fazer com que diferentes atores incorporassem a avaliação externa em seu cotidiano vendo-a como apoio para melhorar a qualidade do ensino (FREITAS 2004)

O crescente interesse pela avaliação educacional e a extensão da avaliação de sistemas de ensino, no contexto internacional, a partir da influência do impulso dado à avaliação educacional nos Estados Unidos, com a aprovação do Primary and Secondary Education Act, em 1965, e a publicação do Informe Coleman em 1968. No âmbito internacional, foi importante a criação da International Association for the Evaluation of Educational Achievement - IEA -, propondo-se a promover e realizar estudos internacionais de avaliação educacional, bem como a experiência de construção, nos anos de 1970, de indicadores internacionais de qualidade da educação pela Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. (FERRER APUD FREITAS, 2004).<sup>1</sup>

Todo esse movimento nos anos de 1980 levou o surgimento de instituições, centro, organismos e planos sistemáticos de avaliação, e à elaboração de indicadores nacionais de educação, entre outros, em um número crescente de países nas mais diversas regiões do mundo. Esse aumento de interesse teria como motivação, segundo Ferrer (*apud* FREITAS, 2004), a pressão das mudanças contextuais sobre os sistemas de ensino: mudanças nos modos de administração e controle desses sistemas; demanda social de informação e prestação de contas; novo modelo de gestão educacional (FREITAS, 2004).

Observaram-se, ao longo de décadas da implantação do SAEB, mudanças importantes que foram impulsionadas por fatores como clima escolar, adequação da formação docente, complexidade de gestão, distorção idade série, diretrizes curriculares, critérios de inclusão/exclusão de alunos, qualificação dos instrumentos avaliativos, dentre outros.

Diversas revisões na metodologia e escopo do SAEB fizeram-se necessárias para que o sistema fosse aprimorado e atendesse às constantes mudanças pelas quais vêm passando a educação brasileira. Em 2005, visualizamos um avanço no sistema, com o surgimento da Prova Brasil, de caráter censitário, possibilitando que as redes e suas escolas pudessem se enxergar nos resultados disponibilizados publicamente pelo INEP. Com o dado chegando às unidades escolares, o que antes só era disponibilizado para as redes, surge um instrumento rico de gestão para os sistemas e escolas públicas de todo o país (MACHADO; ALAVARSE, 2014).

Em 2007, o Ministério da Educação cria, pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, o chamado Plano de Desenvolvimento da Educação, que institui o Plano de Metas Todos pela Educação, com suas 28 diretrizes para a educação básica no Brasil, e, ao mesmo tempo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, que proporciona uma avaliação abrangente do desempenho dos alunos da educação básica, constituindo-se num forte parâmetro para as políticas educacionais (ALEXANDRE, 2015).

Para o ensino fundamental de redes públicas, o Ministério da Educação (MEC) divulga, a cada dois anos, o IDEB do Brasil, dos estados, municípios e das escolas obtido a partir das taxas de aprovação e das proficiências dos alunos na Prova Brasil, dentro de uma escala de 0 a 10. Adicionalmente, foram fixadas em 2007 metas a serem alcançadas por cada um desses segmentos.

Com a criação no SAEB de uma avaliação censitária, a Prova Brasil, bem como o indicador nacional, o IDEB, a qualidade da educação brasileira passa ganhar foco e fazer parte das agendas que integram as pautas de desenvolvimentos econômico e social do país. Por um lado, a Prova Brasil, ao utilizar a metodologia censitária de avaliação, provocou, não sem controvérsias e resistências, a comunidade escolar a se reconhecer nos seus resultados, ao mesmo tempo, o IDEB, ao tornar público o desempenho das redes de ensino e de cada uma das escolas, aproximou os mais diversos segmentos da sociedade de uma referência de qualidade.

Faz-se urgente agregar as pesquisas acerca da qualidade da educação aos indicadores traduzidos pelo IDEB, visto que não se vê com frequência a combinação das informações produzidas por esses indicadores associadas à compreensão de uma educação que, de fato, promova aprendizado adequado aos estudantes. Quando se realiza um recorte para entender os efeitos ocasionados pelas múltiplas reprovações na vida dos estudantes, ficam

---

<sup>1</sup> Ferrer (1996) chamou a atenção para o crescente interesse pela avaliação educacional e a extensão da avaliação de sistemas de ensino, no contexto internacional, a partir da influência do impulso dado à avaliação educacional nos Estados Unidos, com a aprovação do Primary and Secondary Education Act, em 1965, e a publicação do Informe Coleman em 1968. No âmbito internacional, foi importante a criação da International Association for the Evaluation of Educational Achievement - IEA -, propondo-se a promover e realizar estudos internacionais de avaliação educacional, bem como a experiência de construção, nos anos de 1970, de indicadores internacionais de qualidade da educação pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

explícitas as consequências negativas dessa cultura ainda tão presente, principalmente na rede estadual de ensino de Sergipe.

Assim, por conta desse processo de exclusão, muitas crianças e jovens abandonam a escola ou permanecem tentando a todo custo recuperar as lacunas por conta da defasagem na idade e nos conhecimentos que deveriam ter sido apreendidos no tempo adequado. Por outro lado, não significa dizer que há uma defesa em prol da aprovação automática e sem critérios, mas explicitando que todos têm o direito de aprender, e que esse direito é negado, a partir do momento em que esses sujeitos avançam nos anos escolares sem aprendizagem adequada.

Para Fernandes (2007), um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e jovens tivessem acesso à escola, não reprovassem, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem o que se espera em cada ano escolar, considerando as habilidades essenciais para que esses possam prosseguir em seus estudos com autonomia, por ter seu direito de aprendizagem garantido.

É preciso entender os processos de avaliação externa e os indicadores produzidos, não como uma etapa final da política educacional, mas como subsídios para o planejamento de novas ações e correção de rumo, quando observados resultados indesejados que reflitam falhas na política educacional. As avaliações funcionam, portanto, como bússola para a revisão periódica à qual todas as ações de governo devem se submeter para garantir o esforço adequado, a aplicação otimizada de recursos e as decisões corretas e necessárias para a melhoria contínua da Educação Básica. Além de serem importantes ferramentas para o planejamento estratégico e para a elaboração de planos de ação de gestão e pedagógicos, fortalecendo as redes de ensino e melhorando os resultados. Assim,

essas avaliações informam sobre os resultados educacionais de escolas e redes de ensino a partir do desempenho dos alunos em testes ou provas padronizadas que verificam se estes aprenderam o que deveriam ter aprendido, permitindo inferências sobre o trabalho educativo das escolas e redes de ensino (BLASIS; FALSARELLA; ALAVARSE, 2013, p. 12).

Os dados que são obtidos pelas avaliações externas podem indicar os pontos de atenção que incidem tanto na ação do professor na sala de aula, como na gestão da escola e nas diretrizes e intervenções da secretaria de educação. “Portanto, indicam os âmbitos nos quais as ações e prioridades serão repensadas e planejadas, a partir da leitura dos dados” (BLASIS; FALSARELLA; ALAVARSE, 2013, p.38).

Por outro lado, Vianna (2005), aponta que

A avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional; necessita integrar-se ao processo de transformação do ensino/aprendizagem e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos. (VIANNA, 2005, p. 16).

Ou seja, a avaliação não deve ter apenas a função de diagnóstico do sistema educacional, mas deve ir além da constatação, ou seja, deve ser utilizada como instrumento de ação para a transformação do processo de ensino, em função de sua melhoria. Essa ação muitas vezes não se verifica nas escolas, pois, para Gontijo (2011), apesar dos esforços do governo na realização das avaliações, percebe-se que elas têm pouco ou quase nenhum impacto no trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. Para Blasis, Falsarella e Alavarse (2013):

É importante reconhecer que a avaliação externa não termina com a divulgação dos resultados das provas e indicadores. Ela continua à medida que envolve a sociedade,

escolas, comunidades e poder público nos debates sobre esses resultados e, a partir disso, abrindo caminho tanto para adensar e dialogar com as avaliações internas realizadas no âmbito das escolas (do projeto pedagógico e da ação educativa), quanto no âmbito das secretarias de educação (das diretrizes da política educacional) (BLASIS, FALSARELLA e ALAVARSE, 2013, p.39)

Mesmo com a evolução na qualidade dos Boletins Pedagógicos e, em alguns casos, a criação de um dia específico para o estudo coletivo do material devolutivo pela escola, a divulgação dos resultados não redundava automaticamente na sua apropriação por parte dos professores. As críticas dos professores sugerem que os resultados não são imediatamente consumíveis pela comunidade escolar, não obstante todo o empenho das Secretarias na apresentação de um material com cunho mais didático e instrutivo. Além disso, os Boletins Pedagógicos costumam chegar às escolas com certo atraso, dificultando a conexão entre os resultados apresentados e o tipo de intervenção necessário (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 31).

Para Brooke e Cunha (2011, p. 31), as Secretarias, de modo geral, acreditam que o problema principal reside nas inúmeras dificuldades dos professores para entender as matrizes de referência dos testes, associá-las aos conteúdos ministrados e trabalhá-las em sala de aula. Observam-se tentativas de criar um diálogo que possa superar essas dificuldades. No Ceará, os professores participam de oficinas de elaboração de itens para difundir o conhecimento das matrizes e houve até a publicação das matrizes na capa dos diários de classe para garantir sua compreensão pelos docentes. Uma forma de superar esse desafio tem sido a criação de programas estruturados de formação continuada com base nos resultados das escolas que vão além do trabalho individual dos analistas ou supervisores pedagógicos, na tentativa de atingir um número mais significativo de professores. Nesses casos, as estratégias de formação ultrapassam as oficinas voltadas para a explicação dos resultados das avaliações para se tornarem programas permanentes de intervenção junto aos professores.

A Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC/SE instituiu, em fevereiro de 2020, uma Coordenadoria de Estudos e Avaliação Educacional, que integrou o Serviço de Avaliação e o Censo Escolar, a qual tem como gestora a referida pesquisadora, visando qualificar as evidências educacionais do Estado de Sergipe e permitindo que as metas e estratégias sejam elaboradas, a partir dos dados coletados e estudados pelas redes de ensino com rigor técnico e traduzidos de forma clara e objetiva para os atores educacionais.

No contexto da política pública, a mensuração dos resultados tem como objetivo relacionar esses à suas possíveis causas, com vistas a quantificar a relativa importância de cada uma. Nesses termos, embora o SAEB avalie no sentido de mensurar o aprendizado dos alunos, ele, por si só, não avalia ou identifica as causas do desempenho estar aquém ou além do esperado. Os dados e indicadores gerados, a partir do SAEB e do IDEB, precisarão estar conectados a outras informações, para que seja possível a identificação e quantificação das causas do sucesso ou do fraco desempenho dos estudantes sergipanos.

É preciso entender os processos de avaliação externa e os indicadores produzidos não como uma etapa final da política educacional, mas como subsídios para o planejamento de novas ações e correção de rumo, quando observados resultados indesejados que reflitam falhas na política educacional. As avaliações funcionam, portanto, como bússola para a revisão periódica, à qual todas as ações de governo devem se submeter para garantir o esforço adequado, a aplicação otimizada de recursos e as decisões corretas e necessárias para a melhoria contínua da Educação Básica. Além de serem importantes ferramentas para o planejamento estratégico e para a elaboração de planos de ação de gestão e pedagógicos, fortalecendo as redes de ensino e melhorando os resultados.

No contexto da política pública, a mensuração dos resultados tem como objetivo relacionar esses à suas possíveis causas, com vistas a quantificar a relativa importância de cada uma. Nestes termos, embora o SAEB avalie, no sentido de mensurar o aprendizado dos alunos,

ele, por si só, não avalia ou identifica as causas do desempenho estar aquém ou além do esperado. Os dados e indicadores gerados, a partir do SAEB e do IDEB, precisarão estar conectados a outras informações, para que seja possível a identificação e quantificação das causas do sucesso ou do insucesso dos estudantes sergipanos.

O texto será organizado em uma seção geral que aborda os conceitos relacionados à avaliação educacional, indicadores, políticas públicas e quatro subseções que irão apresentar o detalhamento dos dados de contexto e de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, políticas públicas traduzidas nas ações realizadas que impactaram qualitativamente na melhoria dos indicadores, e por fim as considerações finais do texto.

## **2. Avaliação Educacional, Indicadores e Políticas Públicas**

Tratar de Avaliação Educacional é falar de Sistemas de Avaliação, que têm a função de verificar se o direito à Educação, ou seja, o direito de aprender, foi garantido a todas as crianças e jovens. É claro que nesse processo de verificação do direito são geradas informações que podem ser utilizadas pedagogicamente, ou seja, a avaliação a serviço do aprendizado e também da verificação de que esse aprendizado está adequado ao que as crianças e jovens precisam efetivamente aprender.

No Brasil, ainda se tem um longo caminho a percorrer, visto que os dados gerados pelas avaliações educacionais são utilizados na gestão, através dos planejamentos, mas ainda se encontram distantes da utilização por parte dos docentes, no sentido de servir de insumo para as intervenções pedagógicas, a partir da utilização e apropriação desses resultados. É necessário entender o que os estudantes já são capazes de fazer, dentro do esperado ao final da etapa avaliada, mas também identificar o que eles ainda precisam desenvolver para atingir o aprendizado adequado para o ano/série em questão.

Pensar uma política pública implica em conceber a realidade como um fenômeno em permanente movimento. A escola não pode parar sua rotina para elaborar o projeto pedagógico. Desenvolver um projeto significa planejar, executar e avaliar ao mesmo tempo.

Os indicadores educacionais e outros indicadores sociais de Sergipe constituem fontes privilegiadas de consulta para mapear a realidade e nortear as ações. A relevância deles está no fato de quantificarem a obtenção de resultados de políticas e programas voltados à concretização da educação escolar com aprendizagem efetiva e de revelarem onde a exclusão escolar se mostra mais incisiva, demandando ações enérgicas.

Eles são “evidências” que revelam aspectos importantes da realidade da educação (atendimento à demanda, índices de abandono, repetência, distorção idade-série, desempenho de alunos em provas padronizadas, Ideb e tantos outros). Mas, como a educação só tem sentido se analisada no contexto socioeconômico mais amplo, é igualmente importante consultar os indicadores sociais, que trazem informações sobre saúde, infraestrutura, finanças e outros, que compõem o cenário das escolas, onde a educação se concretiza.

Quando se conhece o caminho percorrido pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, pode-se comprovar o esforço das equipes centrais ao tratar os dados educacionais, através das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e traduzi-los para a rede, de forma quantitativa e qualitativa, trazendo inferências e reflexões centradas em cada região do território sergipano, com suas características bem próprias, permitindo uma apropriação e utilização das evidências educacionais no contexto escolar, por parte dos gestores e professores, por isso a necessidade de entender os dados do IDEB e suas possibilidades de análise e comparação qualitativa, que será detalhada na subseção 2.1.

Nos últimos anos, há um investimento em ferramentas que fortalecem esse trabalho técnico de grande relevância que se estende para além da rede estadual. Em regime de

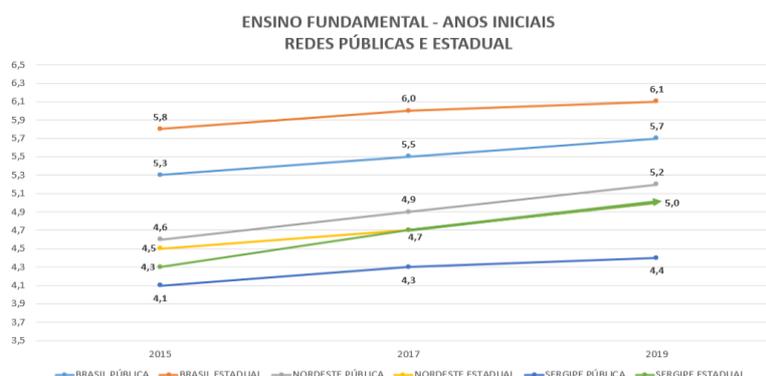
colaboração com as redes municipais de educação, o apoio se dá por meio de parcerias com institutos, universidades e fundações, com grande experiência na área educacional no país, com programas e projetos que se intensificaram a partir de 2015.

## 2.1 Análise dos dados do IDEB no Brasil, Região Nordeste e Sergipe dos Anos Iniciais na série histórica de 2015 a 2019

Nesta seção serão apresentados os dados referentes ao Estado de Sergipe, com base nas edições do SAEB de 2015 a 2019, bem como análises comparativas entre a rede estadual de ensino de Sergipe, a região nordeste, e o Brasil, além de apontar hipóteses que explicam os resultados tratados nos gráficos, tabelas e figuras aprestandos ao longo do texto.

Os dados permitem que a Rede acompanhe a evolução deste indicador tão importante para a qualidade da educação, visto que agrega variáveis de fluxo, que tem relação com o movimento e rendimento dos estudantes, dados de aprovação, reprovação, evasão, abandono e distorção idade série, além de variável relacionada ao desempenho dos estudantes, permitindo a identificação de habilidades que os estudantes não conseguem desenvolver ao longo da série histórica, e que continuam recorrentes, exigindo, assim, repensar as políticas e ações desenvolvidas na Rede. Além da possibilidade de realizar uma análise comparativa qualitativa, entendendo o contexto da Rede Estadual e sua relação com a Rede Pública, Nordeste e Brasil apresentados na Figura 1.

**Figura 1 – Sergipe. IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Estadual - 2005 a 2019**



Dados de Sergipe – Rede Estadual  
Fonte: INEP/SEDUC/CEAVE/SEMACE/SEGSAE 2020

Nos anos iniciais, a rede estadual sergipana vem apresentando uma curva crescente de 2005 a 2019, quando iniciou com 3,0 no Ideb e melhorou seu resultado, alcançando 5,01, em 2019, atingindo a meta estimada em 5.0 para o ano citado, enquanto a média do Nordeste da rede estadual foi de 4.7 em 2017. Quando comparadas, as redes públicas de Sergipe (Estadual e Municipais), apresentaram em 2005 um Ideb de 2,8, atingindo o índice de 4.4, nessa última edição.

**Figura 2 – Sergipe. IDEB (Proficiência X Fluxo) – Redes Públicas e Estadual/Anos Iniciais**

Anos Iniciais do Ensino Fundamental – SERGIPE 2005 - 2019				
Ano	Indicador de Rendimento (P) (Taxa de Aprovação)	Nota Média Padronizada (N) (Nota da Prova Brasil/SAEB)	IDEB (N x P)	Metas do IDEB
2005	0,73	4,16	3,0	
2007	0,78	4,37	3,4	3,1
2009	0,81	4,57	3,7	3,4
2011	0,84	4,72	3,9	3,8
2013	0,87	4,71	4,1	4,1
2015	0,85	5,11	4,3	4,4
2017	0,89	5,30	4,7	4,7
<b>2019</b>	<b>0,92</b>	<b>5,45</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>

Dados de Sergipe – Rede Estadual  
Fonte: INEP/SEDUC/CEAVE/SEMACE/SEGSAE 2020

Os resultados do IDEB, referentes aos anos iniciais do ensino fundamental da totalidade da rede pública de Sergipe, têm na sua maior representação o desempenho das redes municipais, já que em 2018, por exemplo, elas respondiam por 80% do total de 139.093 matriculados nas redes públicas. Ao observar a Tabela 1, referente à Rede Pública, os valores expressam em maior proporção os resultados alcançados pelas redes municipais em relação à oferta da rede estadual para esta etapa:

**Tabela 1. Sergipe. IDEB. Rede Pública - Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

<b>Ano</b>	<b>Proficiência</b>	<b>Fluxo</b>	<b>IDEB/Observado</b>	<b>Meta Projetada</b>
2005	4,07	0,69	2,8	-
2007	4,29	0,74	3,2	2,9
2009	4,51	0,76	3,4	3,2
2011	4,58	0,79	3,6	3,6
2013	4,55	0,85	3,8	3,9
2015	4,97	0,83	4,1	4,2
2017	5,08	0,85	4,3	4,5
2019	5,18	0,88	4,6	4,8

Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/Seduc-SE -2020

Os resultados apresentados, na tabela 1, demonstram uma evolução ao longo do tempo e da série do IDEB. Em todas as avaliações realizadas pelo SAEB (Sistema de avaliação da Educação Básica), o IDEB cresceu. Entretanto, precisamos lembrar que o crescimento foi muito discreto e que nos anos de 2007 e 2009 os resultados estavam acima da meta fixada para o Estado de Sergipe. Em 2011, o resultado atingiu a meta e a partir de então ficou sempre próxima à meta. Ou seja, havia expectativas de resultado melhor.

Neste sentido, quando se olham os componentes do IDEB, vê-se que a proficiência foi melhorando com o passar dos anos, com exceção de 2013 quando houve uma redução em relação a 2011. A taxa de aprovação, que parte de um percentual baixo, com um percentual de 74% dos estudantes que concluem com êxito essa etapa de ensino, vai paulatinamente crescendo, exceto em 2015, quando há uma redução em relação à edição anterior.

Para se ter uma visão mais adequada do desempenho sergipano, é importante confrontar a realidade do estado com o resultado nacional, visto na Tabela 2.

**Tabela 2. Brasil. IDEB. Rede Pública - Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

<b>Ano</b>	<b>Proficiência</b>	<b>Fluxo</b>	<b>IDEB</b>
2005	4,39	0,81	3,6
2007	4,69	0,85	4,0
2009	5,04	0,88	4,4
2011	5,25	0,90	4,7
2013	5,33	0,92	4,9
2015	5,74	0,92	5,3
2017	5,94	0,93	5,5
2019	6,02	0,94	5,7

Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/Seduc-SE 2020

Analisando os resultados das Redes Públicas do Brasil e comparando com os dados de Sergipe apresentados anteriormente, constata-se que os nossos estão abaixo dentro da série histórica. No tocante à variável proficiência, um dos componentes do IDEB vem apresentando um resultado ascendente, mas modesto no decorrer das edições. Em alguns casos não se visualiza mudança de níveis de desempenho, porém se observa uma melhoria na média de proficiência atingida. Já a variável “fluxo”, apesar do aumento de 2005 a 2011, constatou-se uma estagnação entre os anos de 2013 e 2015. Fica evidenciado, quando são tocados os resultados de Sergipe, uma linha positiva de melhoria em todas as etapas da Educação Básica. Já em nível nacional pelo crescimento ainda ser bastante tímido e por Sergipe está abaixo da média, há o desafio de melhorar.

Outro dado importante se refere ao comportamento dos municípios sergipanos em relação ao IDEB alcançado em 2019, e comparado a 2017. Dos 75 municípios, 53 apresentaram avanço, representando 70,7%, já em relação ao atingimento ou superação da meta traçada para 2019, apenas 17 municípios atingiram esses patamares, representando 22,7%.

Em Sergipe, 80,7% das matrículas da Rede Pública nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental estão nas Redes Municipais, 19,3% Rede Estadual e 0% na Rede Federal. Esse dado expressa a necessidade de efetivar o regime de colaboração, visando fortalecer as redes municipais, de acordo com o artigo 211 da Constituição Federal de 1988: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988).

Importante destacar que, posteriormente, outras legislações como a Emenda Constitucional n. 59/2009 e o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, reforçaram a necessidade de fortalecer os laços federativos e de criar um Sistema Nacional de Educação (SNE) que articule os diferentes níveis de governo. Por entender a importância de implementar o Regime de Colaboração, o estado de Sergipe, por meio do Governo do Estado, publicou o Decreto Nº 40.671, de 15 de setembro de 2020, que regulamentou o Regime de Colaboração entre o Estado de Sergipe, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, e os Municípios Sergipanos, por entender a importância da colaboração, como estratégia para reduzir as desigualdades territoriais e de capacidade de gestão, sobretudo nos municípios que se distinguem em características geográficas, sociais e econômicas.

Na sessão seguinte, serão apresentadas as proficiências atingidas pelos estudantes sergipanos, com foco na rede estadual e suas possíveis análises e comparações qualitativas, buscando evidenciar pontos de superação e atenção

## **2.2 Médias de Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática da Rede Estadual de Sergipe nos Anos Iniciais**

Para entender a caminhada da Rede Estadual de Sergipe no tocante ao direito de aprender das crianças, em especial, por se tratar dos Anos Iniciais, é necessário o estudo acerca das proficiências alcançadas ao longo da série histórica do SAEB. Quando se analisa, percebem-se poucas mudanças em relação à proficiência, e quando ocorrem, em sua maioria não impactam na mudança do nível de proficiência.

Antes da análise dos dados, faz-se necessário o entendimento acerca dos conceitos de padrões de desempenho, proficiência e os princípios da Teoria de Resposta ao Item. No Glossário elaborado pelo CAEd/UFJF, instituição que realiza avaliações em larga escala de diversos sistemas de ensino, encontra-se a seguinte definição para o termo padrões de desempenho:

Os padrões de desempenho estudantil são definidos a partir de intervalos da escala de proficiência. Esses intervalos reúnem estudantes com desempenho semelhante,

compondo agrupamentos com desenvolvimento similar de habilidades e competências. Sendo assim, a partir da distribuição de estudantes por padrão de desempenho, é possível determinar o percentual daqueles que ainda se encontram com desempenho insuficiente e realizar comparações ao longo do tempo, de modo a (re) orientar ações pedagógicas e de gestão (CAEd/UFJF, 2020, p. 6).

Quando se aborda o conceito de proficiência, trata-se de uma medida que representa um determinado traço latente (aptidão) de um aluno. Assim sendo, pode-se dizer que o conhecimento de um aluno em determinado componente curricular é um traço latente que pode ser mensurado, através de instrumentos compostos por itens elaborados, a partir de uma matriz de competências e habilidades.

Para o cálculo da proficiência, é necessária a utilização da Teoria da Resposta ao Item – TRI, tanto na preparação dos instrumentos de avaliação, como na produção dos resultados, visto que essa teoria se caracteriza por um conjunto de modelos matemáticos, no qual a probabilidade de acerto a um item é estimada em função do conhecimento do aluno.

Podem-se destacar duas das principais características dessa metodologia, que a tornaram tão empregada na área educacional. A primeira consiste na construção de uma escala de conhecimento e a outra na possibilidade de interpretação pedagógica da escala e, principalmente, na comparabilidade entre diferentes avaliações em um mesmo período de tempo ou, também, em diferentes períodos de tempo, permitindo assim a construção de indicadores de desempenho, como, por exemplo, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Micarello (2020) afirma que os padrões de desempenho estão diretamente referenciados aos níveis da escala de proficiência e consistem em descrições mais abrangentes. Cada padrão corresponde a um limite da escala de proficiência, reforçando, assim, a ideia de relação direta entre ambos.

O Brasil, até o ano de 2006, não havia definido padrões de desempenho com base nas proficiências que considerassem o que seria adequado para ser atingido pelos estudantes nas duas disciplinas, nos anos e séries escolares avaliadas pelo SAEB. A partir de então, surgem duas iniciativas para definir padrões de qualidade para a Educação Básica: o Movimento Todos pela Educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –IDEB.

O Movimento Todos pela Educação, criado em 2006, é uma aliança de representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, organizações sociais, educadores e gestores públicos de Educação que tem como objetivo garantir Educação Básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022, bicentenário da independência do País (FONTANIVE, 2013).

Para o Movimento, o padrão de desempenho considerado aprendizado adequado é, de fato, o nível médio de aprendizagem de um conjunto de países que serve de modelo de sistema educacional para o Brasil, tendo como referência o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que busca avaliar habilidades dos alunos de 15 anos dos países da OCDE e parceiros (como o Brasil). Embora o PISA e o SAEB não sejam comparáveis, o movimento reuniu um grupo de especialistas para realizar a correspondência entre as escalas de proficiência do PISA e do SAEB, para que as interpretações fossem mais bem compreendidas e apropriadas pelas redes.

Depois de estudos, foi estabelecido um ponto de referência para a correspondência com o SAEB, a média dos países da OCDE no PISA de 2003 (nível 3 de proficiência). Ou seja, após ajustes metodológicos e de algumas hipóteses plausíveis, os pontos de corte em matemática e Língua Portuguesa no SAEB equivalentes ao desempenho médio desse conjunto de países, considerando que os estudantes têm aprendizado adequado, quando atingem ou superam os níveis correspondentes ao seu ano nas avaliações do SAEB. Na tabela 3 são

apresentados os pontos das escalas recomendados para as três séries avaliadas pelo SAEB, definidos pelo Movimento Todos pela Educação.

**Tabela 3 - Referência de Aprendizado Adequado**

<b>Pontos de corte SAEB</b>	<b>5º ano EF</b>	<b>9º ano EF</b>	<b>3ª série EM</b>
Língua Portuguesa	200	275	300
Matemática	225	300	350

Elaborado pela autora com base nos dados do Movimento Todos Pela Educação.

Com base nos estudos realizados pelo Movimento Todos pela Educação, que fez essa relação entre as escalas de proficiência do SAEB e padrões de desempenho, são apresentadas as análises das proficiências alcançadas pelos estudantes sergipanos, matriculados na rede estadual, entendendo o que o padrão de desempenho “aprendizado adequado”, caminho encontrado pelos especialistas ou autoridades reconhecidas de arbitrar sobre o que seria o desempenho considerado básico para uma determinada etapa de escolarização.

Para uma primeira análise, é exposto um recorte da série histórica das proficiências alcançadas pelos estudantes do 5º ano, da rede estadual de 2013 a 2019, e na sequência os dados por Diretorias de Educação, com um recorte de 2017 e 2019, distribuídas pelos territórios sergipanos, observe a Tabela 4:

**Tabela 4 – Resultado nas últimas edições – 5º ano – Médias de Proficiências da Rede Estadual de Sergipe**

<b>Ano</b>	<b>Língua Portuguesa</b>	<b>Matemática</b>
2015	184,40	197,94
2017	192,43	202,12
2019	194,34	205,95

Elaborado pela autora com base no Painel Educacional/INEP

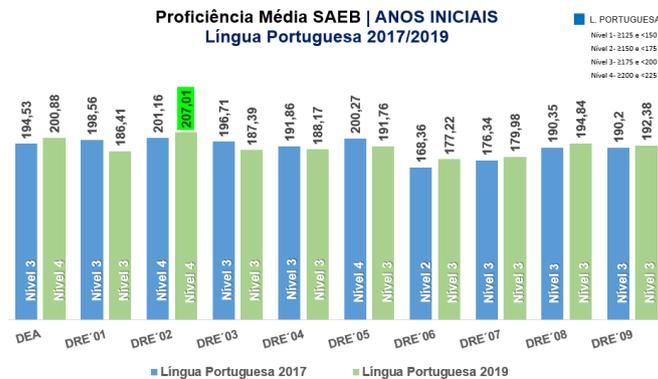
Considerando a referência de “Aprendizado Adequado”, apresentado na Tabela 3, far-se-á a análise dos resultados de proficiência da Rede Estadual, apresentados na tabela 4. Pode-se constatar que o desempenho dos estudantes sergipanos matriculados no 5º ano na rede estadual está abaixo da média de 200 pontos em Língua Portuguesa (nível 4 na escala SAEB), apresentando desempenhos localizados nos níveis 2 e 3 da escala SAEB ao longo dos processos. Em relação à Matemática, os resultados alcançados também estão abaixo da média de 225 pontos (nível 5 na escala SAEB). Os resultados apresentados mostram que a rede alcançou os níveis 3 e 4 da escala SAEB.

Apesar do crescimento demonstrado ao longo da série histórica, os estudantes sergipanos não conseguem atingir o aprendizado esperado, ao término dos anos iniciais, o que demonstra a necessidade de avançar nas ações que garantam o direito de aprender o que é essencial e prossigam seus estudos com autonomia.

Na sequência, parte-se para uma análise com um olhar mais direcionado às Diretorias de Educação e ao conjunto de escolas sob sua responsabilidade, visando sempre partir do olhar macro para o olhar micro. Neste caso, saindo da visão de Rede para a visão representada por cada uma das dez Diretorias de Educação.

As figuras 4 e 5 apresentam os desempenhos dos estudantes em forma de média, por regional, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, seguidos das inferências.

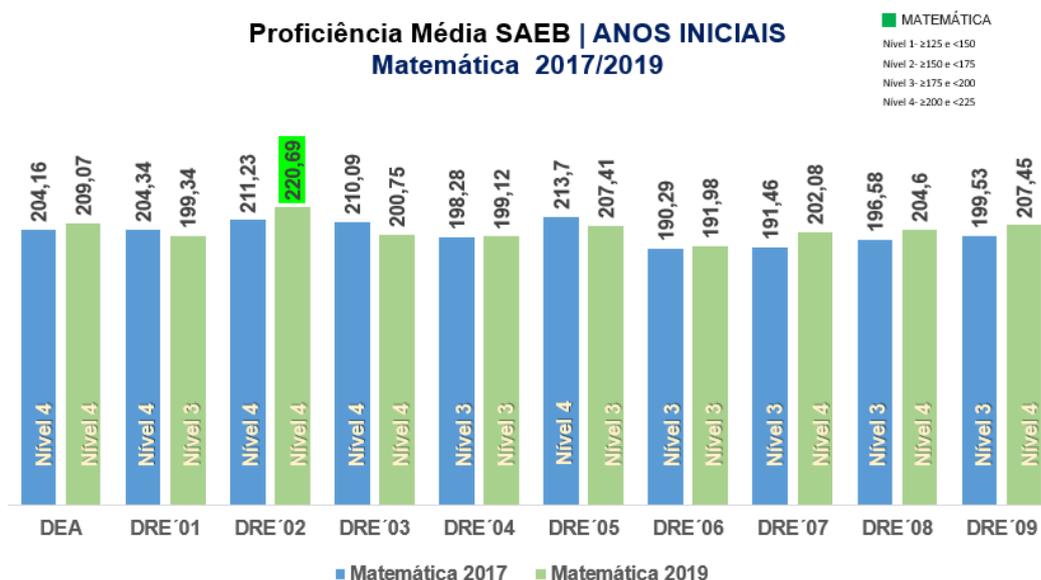
**Figura 4 – Proficiência Média SAEB em Língua Portuguesa/Anos Iniciais – 2017-2019**



Fonte: Inep/Seduc/Ceave/Segsae 2020

Quando se analisa o desempenho nas dez Diretorias de Educação com seu conjunto de instituições de ensino, sob sua responsabilidade, consegue-se inferir dos gráficos acima que em Língua Portuguesa, analisando o último resultado, de 2019, em relação a 2017, há duas Diretorias de Educação (DEA e DRE 02) cujos estudantes atingiram a média de 200 pontos, as demais estão na mesma métrica do dado geral da Rede, e quatro Diretorias de Educação (DRE 01, DRE 03, DRE 04 e DRE 05), estão abaixo de 200 e caíram os seus resultados se comparados aos de 2017. O ponto de atenção se refere à DRE 05 que, em 2017, apresentou aprendizado adequado de 200,27 e em 2019 caiu para 191,76. Importante considerar o número de escolas participantes nas duas edições, em cada Diretoria, bem como entender os resultados de cada uma para composição das médias apresentadas e identificar as escolas prioritárias para que a rede possa melhor apoiá-las nas suas necessidades reais.

**Figura 5 – Proficiência Média SAEB em Matemática/Anos Iniciais – 2017-2019**



Fonte: Inep/Seduc/Ceave/Segsae 2020

Em relação às proficiências do componente curricular de Matemática nenhuma Diretoria de Educação apresentou aprendizado adequado, de 225 pontos conforme a referência apresentada no Quadro 1. Outro ponto foram as Diretorias de Educação que tiveram resultados abaixo dos alcançados em 2017 (DRE 01, DRE 03 e DRE 05), as mesmas que apresentaram queda no desempenho em Língua Portuguesa, já expresso anteriormente.

Observa-se um destaque nos resultados da Diretoria de Educação – 02, nas proficiências em relação as demais diretorias, o que indica um aspecto a ser considerado em relação à possibilidade de compartilhamento de boas práticas e a construção de uma rede de aprendizado e colaboração. Outro aspecto é a necessidade de avançar nos resultados alcançados, visto que o crescimento demonstrado pela maioria das Diretorias de Educação ainda é modesto e não atingi os níveis de aprendizado adequados e esperados para os estudantes nesta etapa de ensino.

### **2.3 Análise das ações e políticas realizadas na Rede Pública de Sergipe com foco nos Anos Iniciais no recorte de 2015 a 2019 em comparação com a Rede Pública do Ceará.**

Para uma análise qualitativa e comparativa com a Rede Pública de Sergipe, optou-se pela Rede Pública do Ceará, por apresentar os melhores resultados nos anos iniciais, possuir contextos similares a Sergipe, por fazer parte da região nordeste e apresentar ao longo da sua série histórica avanços no IDEB, nesta etapa da educação básica, que o coloca como referência nacional e por possuir contextos similares ao do Estado de Sergipe.

**Tabela 5. Ceará. IDEB. Rede Pública - Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

<b>Ano</b>	<b>Proficiência</b>	<b>Fluxo</b>	<b>IDEB</b>
2007	4,20	0,84	3,5
2009	4,68	0,88	4,1
2011	5,12	0,91	4,7
2013	5,24	0,94	5,0
2015	6,00	0,95	5,7
2017	6,28	0,97	6,1
2019	6,38	0,98	6,3

Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/Qedu/Seduc/Ceave/Segsae 2020

Ao compararmos os resultados cearenses com Sergipe e Brasil, identificam-se pontos importantes para embasar as discussões propostas ao longo do estudo. Constata-se um crescimento regular e bastante expressivo, visto que ao longo dos últimos 14 anos, o Ceará segue avançando nesta etapa do Ensino Fundamental, conquistando a melhor evolução do Brasil no IDEB. Saiu de 2,8 em 2005 para 6,3 em 2019. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o ritmo de crescimento é quase duas vezes superior à média brasileira, que, no mesmo período, passou de 3,6 para 5,7.

Voltando o olhar para os dados de Sergipe, com o foco no IDEB, infere-se que Sergipe cresceu 34% no período, o Brasil cresceu 37% e, finalmente, o Ceará 74%, segundo a consistência dos resultados, quando são observados os componentes do IDEB cearense. Tanto

os índices de proficiência quanto os índices de fluxo são crescentes em todos os anos quando comparados com anos anteriores.

Em 2007, quando comparados os dados relacionados ao indicador de proficiência/desempenho dos estudantes cearense da rede pública, com os de Sergipe e do Brasil, percebe-se que o Ceará apresentava um índice abaixo de ambos. Já a taxa de aprovação dos estudantes, calculada a partir das taxas de rendimento coletadas pelo censo escolar, do ano de aplicação das edições do SAEB, referente aos anos iniciais do ensino fundamental, o Ceará já apresentava resultados melhores do que os de Sergipe e similares aos do Brasil.

Ao analisar o crescimento de Sergipe, observou-se uma aproximação com o Ceará, em 2007, no SAEB, de forma mais próxima ao do Ceará em 2007, no SAEB, mas esse cenário, já no ano de 2009, vai mudando e o distanciamento fica evidente. O Ceará construiu e consolidou a educação como política de estado, e com isso várias ações foram implementadas e validadas pela sociedade, a exemplo da mudança no formato da seleção dos dirigentes educacionais nos diversos níveis, adotando mecanismos ágeis de avaliação de resultados, com a estruturação de um sistema estadual de avaliação como instrumento de responsabilização envolvendo os municípios por meio do regime de colaboração estruturado e vinculado a uma política estadual de incentivo e apoio as escolas públicas, por meio de premiações, assistência técnica, compartilhamento de boas práticas e apoio entre escolas, projetos e até mesmo mudanças na legislação que tratam da redistribuição da quota municipal do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, tendo em vista resultados educacionais obtidos pelos municípios. Segundo Subrinho (2020)

O êxito cearense na educação básica pública, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental já foi objeto de muitos estudos e certamente continuará despertando interesse. Muito mais do que provocar reflexões acadêmicas este caso incita os gestores públicos a replicar, com as devidas adaptações, em suas próprias jurisdições, servindo de inspiração para construir trajetórias de sucesso. O que é patente é que precárias condições socioeconômicas, e material das escolas podem explicar totalmente o insucesso. É possível alcançar bons resultados com persistência e objetividade nas políticas de promoção da educação. E efetivar as boas práticas, no âmbito da administração pública, longe de ser delituoso, é virtuoso. Pecado seria tentar inventar a roda em prejuízo de gerações que deveriam ter acesso a soluções testadas, aprovadas e aprimoradas ao longo do tempo.

Para entender como Sergipe vem desenhando suas políticas e ações, seguindo a referência e as experiências de vários Estados, e em especial do Ceará, na sessão seguinte é apresentado um histórico dessas políticas e seus marcos legais, com foco no avanço mais forte e expressivo dos indicadores da etapa em tela.

#### **2.4 Análise das ações e políticas realizadas na Rede Estadual de Sergipe com foco nos Anos Iniciais no recorte de 2015 a 2019.**

Para a realização das análises que seguem em relação às ações que vêm sendo desenvolvidas no decorrer da série histórica, citada no presente artigo, e que impactaram positivamente nos resultados, foi realizada uma pesquisa documental nos sites da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Sergipe,2020), Portal da Transparência (Sergipe, 2020A) e do Conselho Estadual de Educação. (SERGIPE, 2020B)

O Estado de Sergipe, desde 2015, vem desenhando uma política com foco no Regime de Colaboração com as redes municipais, traduzido com a assinatura do Decreto Nº 40.671 de 15 de setembro de 2020, que regulamenta o Regime de Colaboração entre o Estado

no âmbito da SEDUC e os Municípios Sergipanos, ofertando apoio técnico, parceria e disponibilização de programas e projetos da SEDUC aos Municípios, por meio de adesão voluntária.

Em 21 de janeiro de 2015, a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC institui, por meio da Portaria nº 0119/2015/GS/SEDUC, o Núcleo de Estudos, Pesquisas em Avaliação e Currículo – NEPAC, consolidando uma equipe técnica que vinha desenvolvendo em parceria com as Diretorias uma política de avaliação para a gestão de resultados, realizando formação, produzindo dados e estudos para orientar a rede e suas escolas na apropriação e utilização dos dados produzidos pelas avaliações externas e demais estudos, em parceria com o INEP. Contribuindo para a produção de conhecimento nas redes públicas, visto que as ações eram realizadas em parceria com os 75 municípios sergipanos. (SEDUC,2021)

Além das ações focadas nos processos de avaliação, foram iniciadas as discussões no Estado, acerca da Base Nacional Comum Curricular, a partir de 2015, estendendo-se até 2016. Em 2017, a rede estadual, em regime de colaboração com os municípios, começa a construção do Currículo de Sergipe para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. O Conselho Estadual de Educação, publica a Resolução Nº 04 de 29 de novembro de 2018 que Regulamenta a Implementação do Currículo de Sergipe nas Redes de Ensino.

Em 2019, inicia um movimento formativo entre as redes para a apropriação do Currículo de Sergipe e a revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades de ensino. Outras formações vêm ocorrendo na rede, com o objetivo de instrumentalizar os docentes e implementar efetivamente o Currículo por estes atores na gestão da sala de aula.

Em 2018, uma nova gestão é iniciada na SEDUC e várias ações são desenhadas, bem como a continuidade das políticas que vinham apresentando resultado, e até mesmo com a expansão, no caso da Política de expansão das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Em relação aos anos iniciais, e em especial ao bloco de alfabetização, utilizando a experiência do Ceará, um Programa de Alfabetização para o estado de Sergipe dar os primeiros passos em relação ao planejamento e estruturação. Em novembro de 2019, a Assembleia Legislativa aprova a Lei Nº 8.597/2019 que institui o Programa Alfabetizar Pra Valer - PAPV, com o objetivo de garantir a alfabetização de crianças até os 7 (sete) anos de idade, alterada pelo Decreto nº 40.630/2020. Em conjunto, uma outra Lei, também aprovada, e importante para solidificar uma cultura avaliativa, foi a Lei Nº 8.595/2019 que instituiu o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe – SAESE. Ambas deveriam ser implementadas na sua integralidade em 2020, porém a pandemia adiou as etapas de implementação, que na sua inteireza estarão sendo efetivadas em 2021. Destaca-se também a Lei nº 8.628 de 05 de dezembro de 2019 que cria o ICMS- Social.

O Estado de Sergipe participou em 2019 da Avaliação da Fluência, uma ação do PAPV, com o objetivo de obter dados dos estudantes matriculados no 2º ano do EF, nos aspectos relacionados à fluência leitora. Foi atendido um universo de 17.782 estudantes, de um total de matrícula de 22.337, correspondendo a 79,6% dos estudantes matriculados na Rede Pública de Sergipe.

A Rede Estadual avaliou 3.455 estudantes de um total de 4.259, perfazendo um percentual de 81,1%, e nas Redes Municipais foram avaliados 14.327, de um total de 18.078, alcançando 79,3% dos estudantes. A aplicação ocorreu no período de 16 a 20 de setembro de 2019, e os resultados permitiram a equipe da Assessoria de Colaboração com os Municípios – ASCAM/SEDUC um diagnóstico que subsidiou as ações do PAPV, focadas nas evidências traduzidas por este processo avaliativo, que apresentou o perfil leitor das crianças sergipanas.

Em relação às ações formativas, a SEDUC tem parceria com a Fundação Lemann, desde 2015, quando ofertou para os técnicos e gestores escolares, por meio da Elos Educacional, o Programa de Formação Gestão para a Aprendizagem, que se estendeu até 2017. A partir de

2018, passa a ser o FORMAR, nesta perspectiva de solidificar uma política de formação continuada na Rede. As ações em parceria com a Lemann estão presentes também nas avaliações diagnósticas realizadas na rede, com a parceira da Associação Bem Comum, que contribui para a realização da Avaliação da Fluência e apoio do PAPV.

Entendendo que ainda precisa melhorar a gestão das Diretorias de Educação e das escolas, em 2019, é deflagrado processo seletivo por meio de Edital público para os cargos de Diretor de escola, conforme Edital N° 12/2019/G/SEDUC de 06 de junho de 2019 e o Edital N° 010/2019 de 27 de março de 2019, que versam sobre a abertura de processo seletivo para integrante do quadro permanente do magistério público estadual de Sergipe para atuar no cargo em comissão de Diretor de Educação de Aracaju e Diretor Regional de Educação.

É importante enfatizar que as indicações destes cargos tinham o viés político partidário, indo de encontro a transparência e eficiência desejada na gestão pública. Os novos gestores passaram por várias etapas seletivas, que inclui a elaboração de um plano de gestão que está sendo acompanhado e avaliado pelo Gestor da pasta da educação em conjunto com o setor que realiza o processo de monitoramento das metas e ações nos planos de ação, pelos gestores investidos nos respectivos cargos.

Outro programa estruturante surgiu com base nos altos índices de distorção idade série na rede estadual, fruto ainda da cultura de reprovação muito presente. Esse dado é agravado nos anos iniciais pelo alto índice de reprovação, no 3º ano do Ensino Fundamental, visto que, no 1º e 2º anos, o estudante não fica retido por fazer parte do Bloco de Alfabetização e Letramento, conforme Portaria GS N° 7.339, de 29 de novembro de 2011, que Instituiu o “Bloco de Alfabetização e Letramento” no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e estabelece diretrizes para seu funcionamento. Cabe à SEDUC, em articulação com as Diretorias de Educação e as Instituições de Ensino, prover os meios para assegurar sua aprendizagem e permanência na escola. Abaixo seguem dados estatísticos que expressam ainda os altos índices de distorção idade série, quando comparados aos dados do Brasil, Nordeste e Municípios, conforme tabela 6.

**Tabela 6 - Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental/ Rede Estadual – Brasil, Nordeste e Sergipe 2015- 2019**

%	2015		2016		2017		2018		2019	
	Anos Iniciais	Anos Finais								
BRASIL	10,6	25,4	10,2	25,4	9,8	24,9	9,3	23,7	8,6	22,3
NORDESTE	28,1	42,7	26,9	42,7	25,8	41,9	24,0	39,7	22,2	37,5
SERGIPE	26,6	51,9	26,4	52,6	26,2	51,7	24,1	48,8	22,2	46,1

Elaborado pela autora com base nos dados Inep/Indicadores educacionais (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>)

No primeiro e no segundo anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, de modo que se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas. Visando melhorar o indicador de distorção idade série, que ainda se encontra alto na Rede Estadual, Anos Iniciais em Sergipe, conforme dados que seguem apresentados na Figura 7.

**Figura 7– Dados de Matrícula e Distorção Idade Série na Rede Estadual de Ensino de Sergipe**

Anos iniciais			Anos finais			Ensino médio		
Ano	Matrículas	Distorção	Ano	Matrículas	Distorção	Ano	Matrículas	Distorção
2015	150.462	41.320 (27%)	2015	122.177	64.423 (53%)	2015	66.963	32.753 (49%)
2016	145.818	38.490 (26%)	2016	118.539	61.659 (52%)	2016	66.283	32.668 (49%)
2017	142.724	37.126 (26%)	2017	116.701	59.659 (51%)	2017	64.997	32.768 (50%)
2018	138.981	34.265 (25%)	2018	116.182	56.510 (49%)	2018	64.392	32.318 (50%)
2019	136.377	31.803 (23%)	2019	115.792	54.001 (47%)	2019	63.337	30.516 (48%)

Fonte: Site da SEDUC/SE- Portal do Estudante/Distorção Idade -Série

Visando diminuir os dados de distorção, em especial no Ensino Fundamental, com o objetivo de garantir o direito de aprender de crianças e jovens, foi criado o Programa Estadual de Correção de Fluxo Escolar “Sergipe na Idade Certa” – PROSIC, aprovado por meio da Resolução nº 161/2019/CEE, com critérios para promoção e aceleração dos estudantes do Ensino Fundamental. Com base no Relatório “TRAJETÓRIA DO PROSIC EM SERGIPE” elaborado pelas equipes do Departamento de Educação – DED/SEDUC, por meio do Serviço de Ensino Fundamental, o programa iniciou em 2019 com 12 escolas, atendendo 475 estudantes e, em 2020, expandiu para 47 escolas, atendendo 2.446 estudantes. A SEDUC pretende expandir em 2021 para mais 75 escolas, totalizando 122 unidades ofertando o programa atendendo ainda mais estudantes em distorção idade série no ensino fundamental.

Por fim, em junho de 2020, a SEDUC firma uma parceria com o Itaú Educação e Trabalho - IET, e por meio da startup Por A Mais B, e constrói uma plataforma denominada Foco Escola Sergipe, com o objetivo de entregar a Rede Estadual, em especial, a seus educadores uma ferramenta que agrega Currículo, Avaliações e Materiais de apoio, traduzindo as evidências educacionais de forma personalizada por Diretoria de Educação e Escola, contribuindo com a cultura de utilização das evidências educacionais para o desenvolvimento de ações integradas na Rede.

A Foco Escola Sergipe integra dados educacionais e de gestão, reunindo devolutivas de avaliações externas de larga escala nacionais e estaduais, no nível das habilidades, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dados contextuais, demográficos e infraestruturais, advindos do Censo Escolar, bem como indicadores educacionais, utilizando como metodologia de cálculo estatístico em suas devolutivas o conceito de Grau de Domínio, assentada nos pressupostos da Teoria de Resposta ao Item - como forma de expressar numericamente o domínio dos alunos avaliados sob as habilidades mobilizadas pelas avaliações externas.

O cálculo do Grau de Domínio, diferentemente das demais devolutivas de avaliações padronizadas, possibilita aferir com maior precisão o desempenho individual de cada um dos alunos para cada habilidade avaliada, por meio do cruzamento da proficiência individual aferida com a série histórica dos parâmetros estatísticos dos itens já aplicados pelo sistema de avaliação. A Plataforma Foco Escola sobrepesa também em sua devolutiva as dimensões pedagógicas a serem definidas pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura através da categorização pedagógica dos descritores avaliados, com vistas a apresentar os resultados e priorizar as ações levando em conta o desenvolvimento de habilidades básicas para o processo de ensino-aprendizagem.

O diferencial dessa ferramenta está no uso de métodos de comunicação direta, ativa e personalizada para cada educador cadastrado na plataforma, de forma a facilitar a identificação, o destaque e a priorização das lacunas de aprendizagem aferidas, por meio das avaliações externas, sempre fazendo uso de linguagem mobilizadora e empática, e da possibilidade de um diagnóstico pormenorizado da rede, das Diretoria de Educação, de cada unidade escolar, bem como das turmas avaliadas. Outrossim, é possibilitado também desagregar os alunos de cada uma das turmas e escolas, de acordo com distintos patamares de aprendizagem, potencializando a atuação direcionada de educadores, a educação personalizada e as ações de nivelamento de aprendizagem intraturmas.

A Plataforma Foco Escola, diferentemente de outras devolutivas pedagógicas, permite organizar materiais de apoio e outros objetos digitais de aprendizagem (ODAs) por habilidades e conteúdos curriculares, facilitando o redirecionamento dos educadores do diagnóstico do nível de aprendizagem dos seus estudantes para o planejamento de ações pedagógicas relevantes.

Esta última ação reflete a importância de fortalecer o trabalho da gestão escolar e dos docentes, a partir da apropriação e utilização dos dados das avaliações externas realizadas, trazendo uma linguagem de fácil compreensão, bem como a personalização por unidade de ensino das suas informações traduzidas com possibilidades de ações, programas, projetos e experiências compartilhadas na própria rede ou entre redes de ensino.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, é importante salientar que não se esgotaram as possibilidades de análise dos dados, ora apresentados da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e não se tem essa pretensão, mas de levantar hipóteses possíveis em relação aos resultados alcançados na série histórica do IDEB de 2015 a 2019 e as proficiências apresentadas, e suscitar estudos aprofundados de outros aspectos que estejam impactando nos dados em questão.

O primeiro ponto apresentado foi a pesquisa bibliográfica, acerca dos conceitos de qualidade na educação, avaliações externas em larga escala, para que pudesse entender em que contexto se apresentaria a análise. Esse foi um ponto apresentado pela autora na sua introdução quando contextualizou o Estado de Sergipe, e em especial o atendimento realizado pela Rede Estadual e sua organização em termos de estruturas administrativas e escolas.

Três conceitos chaves foram aprofundados no decorrer do texto avaliação educacional, indicadores e políticas públicas, as quais foram apresentadas e detalhadas e, na parte dos indicadores e políticas públicas a rede estadual de ensino de Sergipe foi evidenciada, com análises comparativas em níveis nacional, regional e até mesmo estadual que apresentam um crescimento nos indicadores tratados ao longo dos anos, destacando a importância das políticas públicas de Estado.

Por meio da realização da pesquisa, foi possível aprofundar as análises dos resultados alcançados pela Rede Estadual de Sergipe, nos anos iniciais do ensino fundamental, e entender que apesar do crescimento entre as edições, nossos estudantes não estão apresentando aprendizado adequado. Essa foi uma das hipóteses levantadas que justificam a possibilidade de ampliar as discussões e debates que busquem apontar as principais causas que estão impedindo nossas crianças de aprenderem o que lhe é de direito.

É importante considerar as ações, programas e projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo Estado de Sergipe, em especial de 2015 a 2019, para se entender o que foi possível avançar e quais os desafios ainda presentes. Ficou claro que apesar dos avanços numéricos, os nossos estudantes dos anos iniciais não alcançaram um aprendizado adequado ao chegarem no 5º ano, o que demonstra a necessidade de estudos mais aprofundados em relação

às políticas de alfabetização implementadas nas redes públicas de ensino, até porque os estudantes migram entre redes.

A conclusão a que se chega é que a avaliação educacional e os dados produzidos por este processo permitem que a educação nos Estados seja conduzida tendo como foco a melhoria dos resultados educacionais, além de propiciar legitimidade técnica e política aos gestores dos sistemas públicos. Nesse contexto, é a avaliação que fornece as evidências sobre os avanços do sistema que ao serem amplamente divulgadas, são utilizadas para a formulação de políticas públicas de estado. Se a educação nos estados apresentar crescimentos qualitativos e a população demonstrar interesse acerca da qualidade da educação, pode-se esperar um volume cada vez maior de informação nos sites das Secretarias, e demais veículos de comunicação e em publicações de diversos tipos. Todo esse movimento aliado à distribuição de recursos, nos Estados e Municípios, vinculados a critérios e parâmetros embasados em indicadores da qualidade da educação trará o compromisso político e a construção efetiva de um pacto pela qualidade da educação pública.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. M. de O. N. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília. 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/23019>. Acesso em: jan. 2020.

ALVES, Fátima. **Qualidade na Educação Fundamental Pública nas Capitais Brasileiras: tendências, contextos e desafios**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

BOLÍVAR, Antonio. **Melhorar os Processos e os Resultados Educativos: o que nos ensina a investigação**. Tradução de Mónica Franco. Nova Gaia: Fundação Manuel Leão, 2012. (Desenvolvimento Profissional de Professores, 16).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BROOKE, N.; CUNHA, M. A. A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. Em: **Estudos e Pesquisas Educacionais – Volume 2**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011, p.17-25.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).

FONTANIVE, N.S. **A divulgação dos Resultados das Avaliações dos Sistemas Escolares: limitações e Perspectivas**. Ensaio: aval.pol públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 83-100, jan./mar. 2013.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **Avaliação da educação básica e ação normativa federal.** Caderno de Pesquisa. São Paulo, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid). Acesso em: 12 de Fev. 2021.

LOCATELLI, I. **Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo Saeb.** *Estudos em Avaliação Educacional*, n.25, p.3-21, jan./dez. 2002.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas.** Porto Alegre, 2014. Seção Educ. Real. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em: 12 de Fev. 2021.

MICARELLO, H. **Padrões de Desempenho e Apropriação de Resultados em Larga Escala.** Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (*CAEd/UFJF*) – Curso de Especialização em Estatísticas e Avaliação Educacional: Módulo 3, Disciplina 5, 2020.

SERGIPE. PORTARIA GS nº 7.339 de 29 de novembro de 2011. **Institui o bloco de alfabetização e letramento.** Sergipe, 2011.

SERGIPE. RESOLUÇÃO NORMATIVA No 4, de 29 de novembro de 2018. **Regulamenta a implementação do Currículo do Estado de Sergipe.** Diário Oficial [do] Governo do Estado de Sergipe, no 28.088. Aracaju, SE, 13 dez. 2018.

SERGIPE. EDITAL nº010/2019, de 27 de março de 2019. **Abertura de Processo Seletivo para quadro Permanente de Magistério.** Sergipe, 2019.

SERGIPE. EDITAL nº 12/2019/SG/SEDUC, de 06 de junho de 2019. **Abertura de Processo Seletivo para quadro Permanente de Magistério.** Sergipe, 2019.

SERGIPE. Lei nº 8.597, de 5 de novembro de 2019. **Institui o Programa Alfabetizar pra Valer.** Diário Oficial [do] Governo do Estado de Sergipe, no 28.311. Aracaju, SE, 7 nov. 2019.

SERGIPE. Lei nº 8.595, de 7 de novembro de 2019. **Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica.** Diário Oficial [do] Governo do Estado de Sergipe, no 28.311. Aracaju, SE, 7 nov. 2019.

SERGIPE. Lei nº 8.628, de 5 de dezembro de 2019. **Cria o ICMS-Social e estabelece na forma de inciso IV do aet. 158.** Diário Oficial [do] Governo do Estado de Sergipe, no 28.330. Aracaju, SE, 5 dez. 2019.

SERGIPE. **Relatório de Gestão.** Aracaju, 2019.

SERGIPE. Decreto nº 40.671, de 15 de setembro de 2020. **Das Diretrizes e da Execução.** Sergipe, 2020.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Resultado do IDEB Sergipano.** JL Política, Aracaju: 2020. Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/colunas/aparte/posts>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SERGIPE. **Plano Estratégico do Governo e Sergipe - Caderno Seduc – 2019/2022**. JL Política, Aracaju: 2020. Disponível em: <https://educ.se.gov.br/documentos-leis.asp?numDocs=1000>. Acesso em: 15 jan. 2021.

VIANNA, Heraldo M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.